

SÍNTESE HISTÓRICA DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE SANTA CATARINA: A MAIS ANTIGA INSTITUIÇÃO CULTURAL BARRIGA-VERDE

por *Alzemi Machado*

A cidade de Desterro contava, na metade do Século XIX, com uma população próxima de 15 mil habitantes (homens e mulheres livres, escravos e estrangeiros), e uma legião de analfabetos que ultrapassava mais de 90% do contingente populacional. Diante desse contexto iletrado e não escolarizado, resolveu a Assembleia Provincial, em 31 de maio de 1854, aprovar a Lei nº 373, que instituiu a Biblioteca Provincial. A partir desta Lei, que pode ser destacada de elevado avanço e revolucionária aos padrões da época, a Província catarinense deu os primeiros e inovadores passos, no sentido de constituir uma biblioteca com um acervo franqueado ao público, abrindo os caminhos para o acesso aos livros, periódicos, à informação e à geração de conhecimentos.

Com sua pena firme e decidida, João José Coutinho (1809-1870) criou a primeira Biblioteca Pública da Província de Santa Catarina, com sede em Desterro, e a sexta mais antiga do gênero, fundada em solo brasileiro.

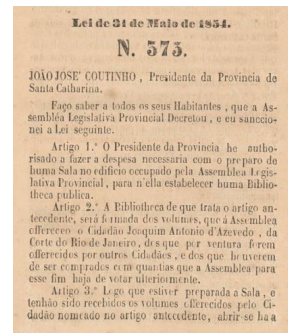


Figura 1. Lei de criação da Biblioteca.

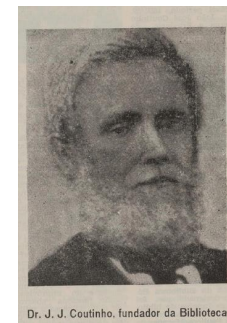


Figura 2. O Ilustre criador.

Com a devida autorização legislativa, iniciaram-se as tratativas no sentido de instalar a jovem biblioteca, e uma das salas da própria Assembleia, viria a acondicionar os primeiros 474 volumes que se constituíram no acervo inicial.

Teve influente e decisiva participação na pioneira ação intelectual, o comendador Joaquim Antonio de Azevedo (1819-1879), destacado cidadão residente no Rio de Janeiro, que dentre outras ações voltadas à instrução brasileira, destacou-se por ter proposto a criação da primeira escola primária noturna, destinada aos jovens e adultos da classe operária. E justiça seja feita, devemos em muito agradecer ao Comendador Azevedo, pois, partiu dele a iniciativa da instalação de uma Biblioteca na Província de Santa Catarina, mediante o envio de uma carta endereçada à Assembleia, cabendo ao deputado Francisco Honorato Cidade (1870-?), propor

a ideia, datada de 26 de abril de 1853¹. Dotado desse espírito inovador, na citada missiva, já antecipa uma doação de obras, caso o intento fosse cumprido. E assim fez, encaminhando à Assembleia, 202 volumes para dar início à constituição do acervo².

Ato contínuo, outras doações foram aportando: o padre e deputado desterrense, Joaquim Gomes de Oliveira Paiva (1821-1869), doou 38 livros, acompanhado de cinco exemplares ofertados pelo funcionário público e administrador da Fazenda Provincial, Antônio Justiniano Esteves, e dois volumes doados pelo deputado, comerciante, advogado abolicionista, militar e membro da Irmandade do Senhor dos Passos, Manoel José de Oliveira (1827-1891). Por último, coube ao futuro diretor, Francisco de Pauliceia Marques de Carvalho (1826-1891), fazer a doação de 222 volumes, fechando o ciclo das pioneiras doações e que ao longo dos anos, foram incorporando e enriquecendo a coleção de obras da instituição³.

Francisco de Pauliceia Marques de Carvalho, também conhecido por “Franc da Pauliceia, veio a ser o primeiro diretor, ficando no cargo de 1854 a 1858. Natural de Franca (SP), professor e escritor, teve intensa participação na vida cultural da cidade, além de contribuir com publicações na imprensa. Acompanhado de um porteiro, João Tavares de Araújo Bueno, abriu as instalações

¹ O Conservador. 20 de abril de 1855. Falla do Presidente João José Coutinho à Assembleia Provincial.

² O Argos da Provincia de Santa Catharina. 14 de janeiro de 1860.

³ Idem.

da jovial instituição ao público no dia 9 de janeiro de 1855⁴, na sede provisória instalada numa das salas da Assembleia Provincial, mais precisamente, nos fundos do Paço, ficando aberta das 9 às 12 horas. Presume-se que neste período, a casa legislativa funcionasse no prédio da Casa de Câmara e Cadeia, localizado no lado leste da Praça XV de Novembro.



Figura 3. 1º diretor, Franc da Pauliceia.



Figura 4. Pe. Joaquim Paiva

AS MORADAS DA BIBLIOTECA NO SÉCULO XIX

Com a publicação da Lei nº 439, em 01 de agosto de 1857, especificamente no artigo 19, determina a transferência da sede para uma das salas do Lyceu Provincial (1857-1864)⁵ localizada no então longínquo bairro do Mato Grosso (nas proximidades da atual Praça Getúlio Vargas). Essa “nova ocupação” dará início à série histórica de sucessivas transferências para sedes cedidas e em

⁴ O Conservador. 5 de janeiro de 1855.

⁵ O Argos da Provincia de Santa Catharina. 11 de março de 1858.

espaços não condizentes para o funcionamento de uma instituição, que começava a crescer em acervo, quanto na frequência de público. Em 1855, a biblioteca já possuía 1.099 volumes (884 doados por particulares e 205 da Secretaria Provincial)⁶. Em 1856, adquiriu 219 volumes (65 doados e 154 comprados), totalizando 1.181 volumes⁷, ampliando para 1.299 volumes, em 1858⁸. A esse respeito, o jornal desterrense *O Argos*, na edição de 14 de janeiro de 1860, já tecia críticas à instalação da biblioteca, contudo, pregava elogios ao governo, por inserir no orçamento, verbas para compra de novos livros:

(...) por amor da verdade não ocultaremos que a administração então da Província mostrou-se favorável ao progresso, e em seu relatório à Assembleia no ano seguinte, propôs que fosse coadjuvado o estabelecimento com alguma quantia, das rendas provinciais para a aquisição de obras de maior importância. (...), mas enfim, houve um erro, que continuou e ainda permanece, infelizmente – o lugar onde foi colocada em princípio e depois transferida a nossa biblioteca! O primeiro escolhido foi os fundos do Paço da Assembleia, onde só viam-na o bibliotecário, o porteiro e quem ia de propósito procurar a qualquer deles, para negócio particular; e ultimamente, em um aposento no edifício do Lyceu, bastante

⁶ *Argos* da Província de Santa Catharina. 14 de março de 1856.

⁷ Falla do Presidente da Província de SC a Assembleia Legislativa Provincial. 1 de março de 1857.

⁸ *O Argos* da Província de Santa Catharina. 11 de março de 1858

retirado do povoado, o que fez desanimar, pela caminhada da ida e volta a quantos pretendiam utilizar dela.

No estabelecimento escolar funcionou por oito anos (1857-1865), sendo designado para assumir as funções de direção a partir de 1858, um dos integrantes do seu corpo de professores. Encerrou o exercício com 1.403 volumes, sendo bastante utilizada por professores e alunos do Lyceu⁹.



Figura 5. Colégios que pertenceu aos Jesuítas, instalou-se o Lyceu e Biblioteca.
Tela de Eduardo Dias.

Mesmo com os problemas de instalação física, o templo armazenador de saberes, paulatinamente, ia ampliando o número

⁹ Falla do Presidente da Província de SC a Assembleia Legislativa Provincial. 1 de março de 1859.

de incorporações ao acervo, principalmente livros e mapas, e dando início à coleção de periódicos publicados na imprensa local.

Em um ato colaborativo e de irrestrita solidariedade em prol do crescimento da instituição, o então diretor da Biblioteca Nacional, historiador Alexandre Mello de Moraes, fez chegar ao Porto de Desterro, 366 volumes endereçados à Biblioteca Provincial. Dentre estas preciosidades ofertadas, destacava-se o livro *“Recueil des Loix Constitutives des États-Unis del’Amérique”*, publicado em francês, em 1778, e que circulou entre os Inconfidentes Mineiros, e foi parte integrante do Processo do Auto da Devassa. Essa raridade bibliográfica, único exemplar existente no Brasil, ficou 128 anos sob posse da biblioteca, sendo objeto de curiosidade e de desejos por parte de diversas instituições brasileiras e colecionadores, e acabou doado mediante Lei aprovada pela Assembleia Legislativa de SC em abril de 1984, passando a fazer parte das peças que compõem o Museu da Inconfidência em Ouro Preto, no estado de Minas Gerais.



Figura 6. Páginas do livro raro doado.



Figura 7. Livro exposto na Biblioteca e retrato do doador.

Conforme Relatório encaminhado à Assembleia Legislativa Provincial, o movimento em 1861, teve um público de 1.826 pessoas, com 2.609 obras consultadas, a maior parte de literatura. Foram incorporadas ao acervo no ano, mais 72 obras, totalizando 1.925 obras¹⁰.

Em 1866, ocorre nova transferência da sede, desta vez ocupando uma das salas da Secretaria Provincial, instalada no Palácio do Governo¹¹, permanecendo até o final de janeiro de 1870. Nesse período, assume como diretor, Joaquim José de Rosas Ribeiro de Almeida. No dia 1º de fevereiro de 1870, mais uma mudança, fixando-se na Rua do Livramento (atual Trajano), nº 24,

¹⁰ Relatório do Presidente da Provincia a Assembleia Legislativa Provincial no ano de 1862.

¹¹ O Estado. 9 de janeiro de 1955.

e em 1871, retorna à parte térrea do Palácio do Governo. Em menos de um ano, dá sequência à peregrinação de estantes e acervos, retornando a um estabelecendo escolar - o Ateneu Provincial (1874 a 1883) -, que funcionou na mesma edificação que abrigou o Lyceu, sendo à Biblioteca anexada, em 1872.

Os indicadores publicados no Relatório de Governo de 1872, apontam um acervo com 2.628 volumes, e uma movimentação anual de 1.373 usuários. Decorridos 20 anos do ato de criação, comemorado em 1875, o número de volumes amplia para 3.086. Ainda nesse ano, é instituída uma comissão composta por Feliciano Francisco Martins, Genuíno Firmino Vidal Capistrano e Francisco Leitão de Almeida, com o propósito de organizar um catálogo sistemático. São efetuadas as primeiras tratativas no intuito de criar o Regulamento Institucional.

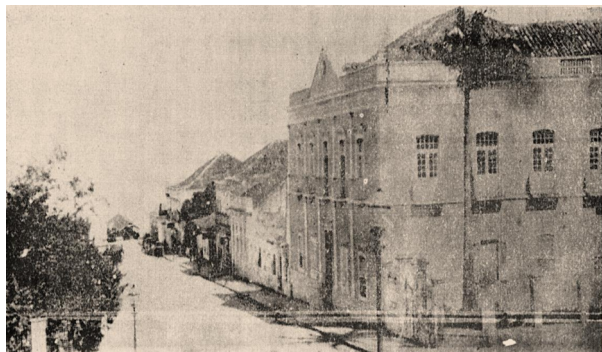


Figura 8. Palácio do Governo abrigou a Biblioteca de 1866 a 1870.

Em 1878, o servidor da Secretaria Provincial Feliciano Marques Guimarães, é designado para exercer as funções do recém criado cargo de Amanuense Conservador, e em 1887, Marcos de Sousa Aragão é investido no cargo de Bibliotecário Público, e substituído em 1889¹², por João Nepomuceno Sabino, que atuou como bibliotecário até 27 de abril de 1894, sendo substituído por João Halbeck¹³. João Nepomuceno Sabino retornou ao cargo, ainda em 1894, por força da Resolução nº 116¹⁴, e substituído em 29 de agosto de 1910, pelo professor e jornalista Clementino Fausto Barcellos de Brito¹⁵.

Mediante Ato Provincial editado em 26 de setembro de 1888, e sob protestos noticiados pela imprensa desterreense, a Biblioteca é anexada ao Instituto Literário e Normal (1883-1888, que sucedeu o Ateneu Provincial, entidade educacional voltada à formação do quadro docente. Registros apontam que durante o exercício de 1892, frequentaram um total de 345 usuários.

No período de 1893 a 1895, o cônego e deputado Joaquim Eloy de Medeiros, exerceu a função de catalogador¹⁶. No decorrer de 1894, é instalada nas dependências onde funcionou a Escola do Sexo Feminino, localizada na Rua do Livramento (atual Rua Trajano).

¹² O Conservador. 3 de agosto de 1889.

¹³ Republica. 2 de maio de 1894.

¹⁴ Republica. 9 de junho de 1894

¹⁵ O Dia. 30 de agosto de 1910.

¹⁶ Republica. 25 de janeiro de 1893 e 2 de fevereiro de 1895.

Ao completar 40 anos, em 1894, a Biblioteca dá um significativo passo em direção à organização administrativa, aprovando o seu primeiro Regulamento. Neste documento, ficam estabelecidas as diretrizes quanto ao horário de funcionamento (diariamente, das 9 às 14 horas e das 18 às 21 horas), composição do acervo (livros, periódicos, mapas), controles estatísticos, quadro de servidores e suas funções (diretor, porteiro e arquivista), além de atos restritivos ao público frequentador: proibição de fumar, falar alto ou passear nas salas, acesso mediante estar “decentemente trajado”. Também estabelece as datas de fechamento anual (20 de dezembro à 15 de janeiro), e a recomendação de que todas as obras doadas, tenham a anotação do nome do doador na primeira página¹⁷.

Em 1896, a Biblioteca já dispunha de um Catálogo organizado das obras do acervo, organizado por nome de autor e agrupados em aproximadamente 14 temáticas: literatura, romance, poesia, instrução pública, dicionários, religião, história, memórias, variedades, ciências naturais, geografia, medicina, teses de medicina e higiene (o catálogo está incompleto, pois na última página dá-se início ao tema Matemática, mas não é listada nenhuma obra).

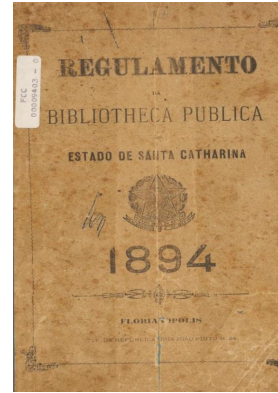


Figura 9. 1º Regulamento. 1894

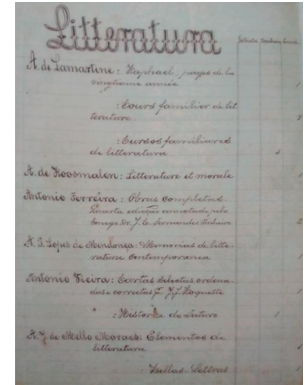


Figura 10. Catálogo de obras. 1896.

PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: A LUTA PARA CONSOLIDAR-SE NA SOCIEDADE

A preocupação em prover a instituição com uma sede própria, e condizente com os serviços que passou a oferecer à sociedade nos seus quase 50 anos, não foram suficientes para chamar a atenção dos que estavam à frente do governo. Apesar da frequência quase que diária às suas instalações, de pessoas ligadas ao cenário político e intelectual da cidade, bem como os

¹⁷ Regulamento da Bibliotheca Publica. 1894.

constantes apelos veiculados na imprensa, clamando por cuidados. Na primeira década do Século XX, as transferências de local ainda eram constantes: em 1906, após funcionar em uma das salas da Escola Normal, transfere-se para o Lyceu de Artes e Ofícios, situado à Rua Trajano. Neste ano, contemplava no acervo um total de 6.190 volumes.

No dia 13 de agosto de 1906, recebeu uma visita ilustre: em passagem por Florianópolis, o Presidente eleito, Conselheiro Afonso Pena (1847-1909), visita o estabelecimento, o que ressalta a importância, relevância e o papel desempenhado pela instituição em prol do desenvolvimento da cultura e da educação escolar¹⁸.



Figura 11. Em 1906, a Biblioteca ocupou uma das salas do Liceu de Artes, situada na Rua Trajano.

¹⁸ O Dia. 14 de agosto de 1906.

O professor e político republicano, Gustavo Richard (1847-1929), homem culto e apreciador das belas letras, e que governou o estado catarinense nos anos de 1906 a 1910, era um dos intelectuais que tinham por hábito frequentar cotidianamente à Biblioteca, conforme consta no Livro de Registro de frequência¹⁹. À frente do executivo estadual, efetuou a compra de um prédio exclusivo para a sua instalação, situado à Rua Trajano nº 24, esquina com a Rua Tenente Silveira, e finalmente, interrompeu uma sequência histórica de sucessivas mudanças prediais, além de dispor de um local mais confortável e ampliado.

No dia 31 de maio de 1908, data do aniversário de 54 anos, foram abertas as portas da nova morada, ao público frequentador. Em conformidade com os dados contidos no Relatório governamental de 1909, circulou um público de 5.092 usuários, dispondo de um acervo com 7.242 volumes.

Neste local, permaneceu por longos 42 anos, quando em 1960, transferiu-se para um acanhado sobrado na Rua Arcipreste Paiva. A antiga sede acabou sendo desacreditada pelas inconseqüências administrativas, e foi ao chão, sendo derrubada devido às obras de alargamento dos jardins do Palácio. Informação, cultura, educação e conhecimento foram trocados por grama, roseira e pavões.

¹⁹ Biblioteca Pública de Santa Catarina. Livro de Registro .1896.

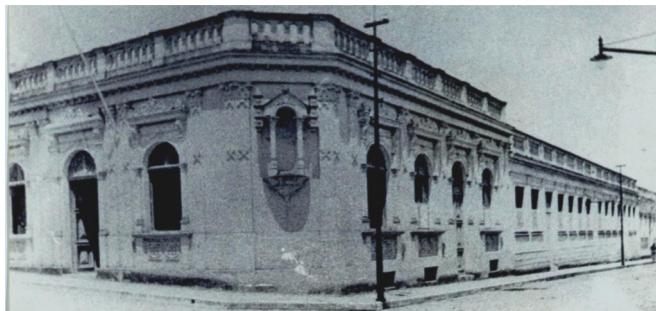


Figura 12. A sede da Rua Trajano com Tenente Silveira. Por longos 42 anos foi sede da Biblioteca.

Durante o curso das décadas de 10 a 20 do Século XX, são realizadas algumas mudanças de caráter administrativo, bem como, fica evidente a preocupação com a guarda e armazenamento das obras, dando início a uma política de preservação dos materiais que compõem o acervo. Podemos destacar nesse período alguns avanços significativos: a sanção da Lei nº 1.015 de 20/10/1914, autorizando o Executivo a reorganizar a Biblioteca Pública, expedindo um novo Regulamento Geral, e a autorização de contratação de serviços de encadernação para a coleção de jornais catarinenses.

Em comemoração aos festejos ao 87º aniversário da imprensa catarinense, foi realizada no dia 30 de julho de 1918²⁰, a

²⁰ O Estado. 28 de julho de 1918.

abertura da exposição de retratos de jornais editados de 1831 a 1918 e dos editores, sob curadoria do historiador José Boiteux. A Biblioteca foi o palco escolhido para a grandiosa mostra, que atraiu muitos visitantes.

Estiveram à frente exercendo a direção do órgão, no período de 1911 a 1929: Inocêncio José da Costa Campinas (1911 a 1927), Hermínio Millis (1927 a 1929) e Hermes Guedes da Fonseca (1929 a 1931).

Alguns fatos marcaram positivamente o ano de 1920: durante os festejos dos 65 anos de instalação, realizou-se no dia 9 de janeiro, às 13 horas, a inauguração no salão nobre, do retrato do ex-presidente da Província, João José Coutinho²¹. Na ocasião, José Boiteux proferiu discurso enaltecendo a importância do ex-presidente no desenvolvimento da cultura catarinense. A solenidade contou com a presença do governador e demais autoridades, acompanhada da Banda da Força Pública.

O historiador e político José Boiteux, ofertou magnífica doação do livro “**Ordenações do Reino de Portugal**”, publicado em 1642, vindo a se constituir-se no exemplar mais antigo do acervo. E por último, e não menos brilhante, a generosa doação dos 477 volumes da biblioteca particular do ex-governador Gustavo Richard, enriquecendo ainda mais o acervo, que neste ano alcançou um total de 10.381 volumes.

²¹ República. 10 de janeiro de 1920.

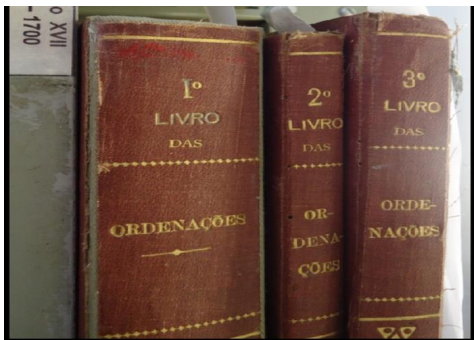


Figura 13. Livro das Ordenações, raridade de 1642.

No período de 1931 a 1938, assume o cargo de direção o professor Fernando Machado Vieira. É dele a organização do primeiro Catálogo de Jornais Catarinenses (1850 a 1931), lançado no ano de 1932, e relançado em março de 1935, com atualização dos dados até 1934. Trata-se de uma pioneira e importante publicação, dando início ao ciclo de inventários permanentes da coleção de jornais catarinenses, que vigora até hoje.

Uma comissão formada em 1933, e composta em pelos renomados intelectuais José Boiteux, Henrique da Silva Fontes, Altino Flores e pelo livreiro Pascoal Simone, é encarregada de avaliar o acervo, bem como o mobiliário. Após análise, chegaram à cifra de 400:000\$000 (quatrocentos contos de réis), que convertidos em valores atuais, correspondem a R\$ 49.200.000,00.

Durante a primeira metade da década de 30, observa-se um crescimento considerável do acervo, saltando de 12.179 volumes em 1930, para 13.593 em 1936, e 21.252 volumes em 1936. Tal crescimento, de um lado subsidiava os interesses dos usuários e pesquisadores, e por outro lado, a necessidade de ampliar novos espaços para armazenamento.

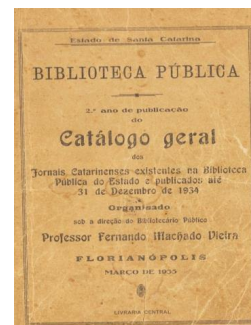


Figura 14. Catálogo de Jornais, relançado em 1935.

Em 1938, nova troca de comando na direção, sendo nomeado o escritor e historiador natural de São Francisco do Sul, Carlos da Costa Pereira, que durante os 20 anos que esteve à frente da maior biblioteca de Santa Catarina, soube conduzi-la com zelo e competência. Fez da Biblioteca Pública um importante centro de cultura, realizando debates, exposições temáticas, lançamento de livros. Em 1941, lançou o primeiro Boletim Informativo, e em 1947, modernizou o sistema de organização do acervo, adotando o

Código de Classificação de Dewey (CDD). Na sua gestão, teve o mérito de retornar à época em que a instituição era o ponto de encontro entre os grupos integrantes da intelectualidade catarinense.

Em conformidade com as estatísticas registradas no Relatório de 1950, o acervo ultrapassava 40.000 volumes.

A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX: A BIBLIOTECA CHEGA AO CENTENÁRIO

Em 31 de maio de 1954, a gloriosa instituição comemorou o seu primeiro seu centenário. Diversos órgãos de imprensa saudaram o acontecimento em colunas e crônicas, destacando a gigantesca contribuição no desenvolvimento da região de Florianópolis e de Santa Catarina. Diversos e expressivos intelectuais, entre os quais, Altino Flores e Ildefonso Juvenal (servidor da casa, entre 1921 a 1927), escreveram com suas mãos hábeis, artigos relatando parte da sua história, bem como, os problemas que a instituição foi enfrentando ao longo da secular existência. Foram poucas as instituições públicas do gênero, que conseguiram driblar as intempéries, os descasos e os desmandos do poder público. Apesar de tudo, permaneceu firme como uma rocha, e com a valiosa colaboração e valorização de seus servidores, alicerçou-se, consolidando-se com a mais importante instituição cultural barriga-verde. Entretanto, os rumores de uma possível

desocupação do prédio onde estava instalada desde 1908, circulavam nos corredores, salas do executivo e do ambiente político da cidade.

Em 1957, uma importante doação da coleção composta de reprodução de aquarelas e gravuras inéditas pintadas pelo artista francês, Jean Baptiste Debret, e não inclusas na obra o *“Voyage Pittoresque Et Historique Au Brésil”*. De tiragem limitada, foi doada pelo Embaixador Edmundo da Luz Pinto, e atualmente, integra a coleção de obras raras da Biblioteca.

O ano de 1958 celebra o início dos trabalhos de organização da Coleção de Santa Catarina, constituindo-se a base do atual Setor de SC, composto por jornais, livros, boletins, relatórios, legislação, entre outros materiais. No campo diretivo, assume o radialista Francisco Mascarenhas, ficando no cargo de 1958 a 1960.

No início de 1958, um grande e ousado projeto gerou enormes expectativas e esperanças a milhares de catarinenses. Com o objetivo de atender a uma histórica reivindicação, o Governo do Estado, após 104 anos, resolveu construir uma moderna sede para a Biblioteca Pública Estadual. O Governador Jorge Lacerda (1914-1958), um homem ilustrado, que exerceu no Rio de Janeiro uma destacada atuação no jornalismo cultural, quando fundou e dirigiu o caderno literário Letras e Artes, do periódico A Manhã, contando com a colaboração de escritores e críticos consagrados. Era uma pessoa do círculo cultural e artístico, e sabia da importância que uma biblioteca representava no

desenvolvimento econômico e social de uma cidade, e principalmente, na elevação cultural e educativa.

Em solenidade realizada no dia 10 de fevereiro, é lançada a “pedra fundamental” da futura edificação. Na oportunidade, foi enterrada uma “Cápsula do Tempo” com documentos e uma edição do jornal A Verdade, de propriedade do jornalista Manoel de Menezes²². A solenidade contou com a marcante presença do Governador, políticos, intelectuais e populares. Assim, foi assinado o Decreto Estadual nº 07/1958, celebrando o contato firmado entre o Governo e os arquitetos Oscar Niemeyer e Flávio de Aquino²³, objetivando a construção da edificação com 4.000 m², exclusivo da Biblioteca Pública, em terreno paralelo ao Palácio do Governo (atual Palácio Cruz e Sousa), onde hoje, localiza-se o jardim.

²² A Verdade. 11 de fevereiro de 1958.

²³ Diário Oficial do Estado. 13 de maio de 1958.



Figuras 15 e 16. Lançamento da pedra fundamental. No alto, à direita, maquete da edificação. Ao lado à direita, publicação do Contrato firmado com os arquitetos, Oscar Niemeyer e Flávio de Aquino.

Entretanto, um acontecimento trágico no dia 16 de junho de 1958, vitimou em acidente aéreo, o Governador Jorge Lacerda, o Senador Nereu Ramos e o Deputado Leoberto Leal. Tal fato, interrompeu os destinos da construção do moderno e exclusivo prédio, tendo em vista, que a obra não foi continuada pelo sucessor, Heriberto Hulse.

Com o sonho desfeito, acorda-se com o pesadelo de uma nova transferência, dessa vez, com informações na crônica jornalística, que anuncia a intenção do executivo estadual em derrubar a atual edificação, e transferindo-a para um antigo e apertado casarão, localizado na Rua Arcipreste Paiva, nº 7.

No dia 30 de abril de 1960, instala-se no referido prédio, em solenidade que contou com diversas autoridades, e na ocasião, foi fixado em uma das salas o retrato do ex-diretor Carlos da Costa Pereira (1890-1967), em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao órgão, ficando a cargo do historiador e deputado Osvaldo Rodrigues Cabral, que proferiu um emocionado discurso enaltecendo as qualidades do homenageado²⁴. Walter Brasil assume interinamente a direção, vindo a ser substituído pelo escritor Tito Carvalho, que permaneceu no cargo no período de 1960 a 1965.

Como parte das comemorações alusivas ao centenário de nascimento do poeta desterrense Cruz e Sousa, ocorrido em 1961, realizou-se nas dependências da Biblioteca uma mostra documental.



Figura 17. Casarão na Arcipreste Paiva.

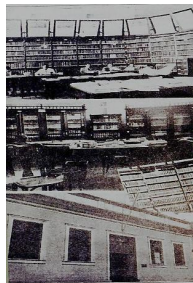


Figura 18. Interior e fachada da sede.

Um dos mais elogiados servidores da Biblioteca, João Crisóstomo Paiva (1876-1964), veio a falecer no ano de 1964. Serviu à repartição por longos 25 anos (1913-1938), iniciou como porteiro, e próximo da aposentadoria, foi promovido ao cargo de arquivista. Profundo conhecedor do acervo, era muito requisitado para suprir e localizar as obras necessitadas pelos usuários. Graças a sua pronta intervenção, impediu que a coleção de jornais do Século XIX, tivesse como destino o lixo público, iniciativa pensada por um diretor da época, por entender que eram materiais “velhos e impróprios”. Ao saber da intenção, e consciente da importância que aquele acervo representava para a memória catarinense, o zeloso e responsável porteiro, imediatamente, procurou alguém que tivesse autoridade para impedir a consumação do ato, e denunciou ao político e professor José Boiteux, que perplexo, procurou o diretor, malogrando à infeliz intenção.

Se hoje, podemos apresentar o presente Catálogo, tal feito não seria possível sem o arrojo, a coragem e o compromisso do querido servidor, que graças a sua atitude, este grandioso tesouro patrimonial pôde ser preservado.

²⁴ O Estado. 3 de maio de 1960.

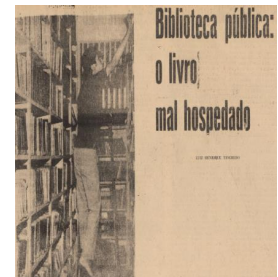


Figura 19. Texto do jornalista Petrarca Callado, sobre a vida de João Paiva.²⁵

No período compreendido entre os anos de 1965 a 1974, dois jornalistas vão assumir os trabalhos na condução da Biblioteca: Nei Carvalho (1965 a 1969) e Hermínio Menezes Filho (1969 a 1975). Em que pese o trabalho que estes diretores realizaram, entretanto, as condições físicas restringiam às atividades e colocavam em risco a segurança de servidores, usuários e do acervo: goteiras e umidade nas paredes proveniente das infiltrações, alagamentos, ameaças de desabamento, além da infestação de insetos que se

alimentavam das estruturas de madeira e do rico acervo bibliográfico.

A imprensa, insatisfeita com a “transferência forçada” ocorrida em 1960, cobrava do governo estadual providências urgentes, e durante a década de 1960 e início de 1970, publicou uma série de reportagens em relação aos problemas que a cercavam:



Figuras 20, 21, 22. Reportagens do jornal O Estado.

²⁵ Diário da Tarde. 27 de janeiro de 1955.

Em 1969, o governo sinaliza a intenção de resolver os problemas no que concerne às instalações físicas das instituições ligadas à arte e à cultura. Um projeto elaborado por técnicos do Governo do Estado prevê a construção do Palácio ou Casa da Cultura. Vultosa edificação de 10.224 m², com 9 pavimentos, localizado em frente à Praça Pereira Oliveira, esquina com a Rua Marechal Guilherme, e com o objetivo abrigar os órgãos: Museu de Arte, Academia de Letras, Instituto Histórico, Escola de Artes, Conselho Estadual de Cultura e Biblioteca Pública. Infelizmente, tudo não passou de promessas eleitoreiras, pois as obras sequer foram iniciadas. No terreno foi construída a sede da futura Companhia Telefônica Catarinense.

É lançada em 1970, a Revista Registro em Letras e Fotos, periódico informativo da Biblioteca.

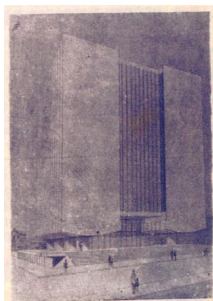


Figura 23. Palácio da Cultura

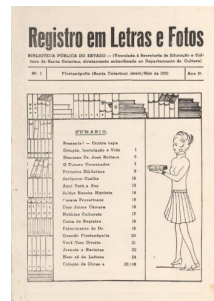


Figura 24. Periódico da Biblioteca.

No prédio da Rua Arcipreste Paiva, a Biblioteca permaneceu por 13 anos. Neste tempo, ampliou o horário de funcionamento ao público: segunda a sexta-feira das 08h30min às 21h30min e aos sábados, das 09h00min às 15 horas, o número de obras no acervo ultrapassou mais de 50 mil volumes, e atendeu um público frequentador estimado em 3.000 consulentes por mês.

Em entrevista concedida ao jornalista Aldo Granjeiro e publicada na edição de O Estado, em 15 de novembro de 1970, o diretor Hermínio Menezes Filho reconhece as precárias condições das instalações físicas:

(...) mesmo como simples depósito de livros o prédio é péssimo. Quando chove temos que efetuar a remoção das prateleiras. De vez em quando alguma telha se quebra e as goteiras surgem em todos os cantos. O prédio além de oferecer pouca segurança, não dá espaço para mais um documento. Se você é um dos consulentes, tenha paciência por mais alguns anos. O estaqueamento das obras de construção da “Casa da Cultura” já foi iniciado. Quando o edifício de 9 andares a ficar concluído, vai dar um bom e definitivo lugar à Biblioteca. Pelo menos, então, você poderá se sentir tranquilo: o acervo estará guardado (...).

E segue, em outra edição do mesmo periódico, em entrevista veiculada no dia 18 de março de 1973, ressaltando os mesmos problemas, inclusive, restringindo a compra de equipamento, em razão de falta de espaço e segurança:

(...) O nosso maior problema é a falta de espaço físico. Há bem pouco, nos foi doada pela Dona Leonor de Barros à biblioteca

pertencente a sua irmã, dona Antonieta de Barros: um acervo composto por mais de 1500 volumes e mais os armários que guardam os mesmos. Entretanto, não tivemos condições de colocá-las aqui por falta de espaço. Com o início das aulas, aumentou muito o movimento das pessoas que procuraram a biblioteca, sendo que as mesas existentes são poucas para atender a todos. (...) as necessidades mais urgentes a biblioteca são um salão de leitura geral, salão para consulta de jornais e revistas, salão para trabalhos em equipe e um salão infantil. No sótão do prédio atual estão as obras menos procuradas pelos leitores e quase todas em precário estado de conservação. Teias de aranha e mofo estão acabando com as obras raras e que não são muito consultadas por serem escritas em sua grande maioria em francês. (...), entretanto, existe um setor de conservação de obras na própria Biblioteca, sendo que eles fazem o trabalho de reencadernação (excelente trabalho) na medida do possível. As obras são preparadas na Biblioteca, mas a encadernação propriamente dita, tem que ser feita fora, pois, a mesma não possui o aparelho -a guilhotina- para a conclusão do trabalho. O Governo nos deu uma verba destinada à compra da guilhotina. Só não a compramos por não termos espaços para colocá-la. Outro problema que impediu a compra, é que o prédio muito velho não aguentaria o peso da máquina. Para evitar um possível desastre, resolvemos então empregar o dinheiro na compra de livros e nos consertos que o prédio precisa. (...)

Diante de tantos problemas, e ameaças de perda do acervo, o Departamento de Cultura, setor que a Biblioteca estava

vinculada administrativamente, não vê outra possibilidade, enquanto as obras da futura Casa da Cultura perdurarem, e promove outra transferência, desta vez para a Rua Visconde de Ouro Preto nº 39, na casa que foi moradia do ex-governador Nereu Ramos, e também abrigou a sede do Serviço Nacional da Malária (atual prédio da Fundação BADESC).

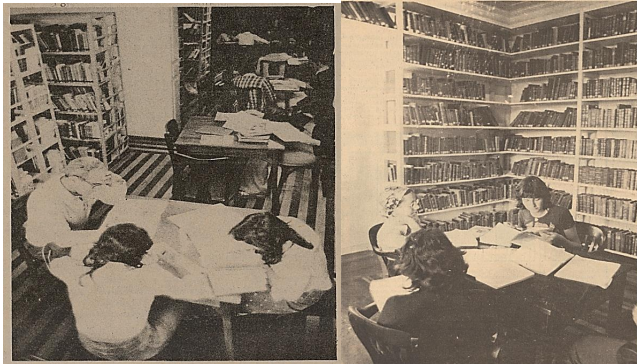
A edificação possuía uma área física um pouco maior em comparação à antiga sede, porém, o espaço ainda era muito reduzido, impedindo a expansão do acervo, o número de atendimentos e a ampliação de novos setores internos. Com a mudança dos acervos e equipamentos para o novo lar, é franqueada ao público no dia 30 de abril de 1973.

Ainda no decorrer desse ano, foram iniciadas as discussões objetivando a incorporação do acervo da Biblioteca Pedagógica²⁶ ao acervo da Biblioteca Pública, entretanto, a fusão só se tornou possível no início dos anos 80.

²⁶ Biblioteca vinculada ao Departamento de Cultura e destina ao uso de professores. Por ter um acervo de obras pedagógicas, literárias e Braille, foi franqueada ao público em geral.



Figura 25. Sede localizada na Rua Visconde de Ouro Preto.



Figuras 26 e 27. Interior da Biblioteca na sede da Rua Visconde de Ouro Preto.

Nesta sede, ficou pouco mais de seis anos (1973 a 1979), e seis diretores passaram pelo seu comando: Paulo Walterkemper, em 1974, assume provisoriamente, sendo sucedido por Gervásio

Maciel (1975). Em 1976, coube à professora Gleuza da Costa Zabot, e em 1977, a também professora Edelmira Rodrigues, a direção da Biblioteca. Em 1978, Cirlei Aragão assume interinamente a função, e de 1979 a 1982, o posto é comandado pela professora e bibliotecária Maria Lúcia Barreto dos Santos.

Das instalações da Rua Visconde de Ouro Preto, a Biblioteca transferiu-se em 1979, para a Casa da Cultura Embaixador Edmundo da Luz Pinto, localizada na Rua Tenente Silveira nº 69, esquina com a Rua Álvaro de Carvalho. Este não foi um prédio projetado exclusivamente para a Biblioteca, abrigando outras repartições culturais, concomitantemente: a Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte; Conselho Estadual de Cultura; Bureau Catarinense de Turismo; Conselho Estadual de Esportes e Escolinha de Artes.

A área edificada totalizou 2.780m², sendo reservado inicialmente à Biblioteca, o 1º andar, uma parte do 2º pavimento, uma sala para montagem do setor de encadernação e auditório no subsolo. Conforme previsto, a capacidade de atendimento seria de 200 pessoas sentadas, além de um setor especial, o Braille, para atender deficientes visuais. O prédio foi construído com recursos oriundos do Governo do Estado e Conselho Federal de Cultura, com responsabilidade técnica do Departamento Autônomo de Edificações (DAE), e levou cerca de seis anos de construção.

Devido à falta de espaço físico para abrigar um acervo, que a cada ano crescia, e em consonância com o significativo aumento no número de usuários que procuravam a Biblioteca como espaço

informacional, educativo, cultural e de lazer, ocorreram diversas manifestações por parte de usuários e da imprensa escrita, que reivindicavam junto aos gestores culturais um espaço específico e mais equipado. Estes protestos provocaram a saída dos demais órgãos instalados no prédio a partir de meados dos anos 1980, constituindo-se até os dias atuais em sede exclusiva da Biblioteca.



Figuras 28, 29 e 30. Flagrantes da construção da Casa da Cultura, e sede atual.

OS ANOS DE 1980 e 1990: OCUPANDO ESPAÇOS E CAMINHANDO PARA SE CONSTITUIR COMO CENTRO CULTURAL

A partir da década de 1980, os gestores que assumiram a direção começaram a elaborar formas diferenciadas de administrar o órgão. A transferência para um espaço maior, a estruturação e a criação de novos setores (técnico, infantil, lacre, obras raras, Braille, etc.), a contratação de funcionários por meio de concurso público realizado em 1979 e 1982, ampliando o quadro funcional para 38 servidores em 1983, constituindo assim, um corpo técnico

renovado e composto por bibliotecários, encadernadores, assistentes administrativos. Estas pessoas proporcionaram a idealização e execução de projetos culturais, artísticos e educacionais, repercutindo em serviços e programas destinados a ampliação e interação com os diversos públicos, impactando em sua ação social, fortalecendo a instituição.

Evidentemente, que durante esta caminhada, problemas como a ausência de vontade política, em prever dotações orçamentárias específicas, que visassem a manutenção permanente das instalações físicas e a aquisição de equipamentos. Era necessário provê-la com uma política de climatização do acervo, aumentando a sobrevida dos materiais, bem como o conforto dos servidores e usuários, além de mobiliários, e que não foram provisionados de acordo com as demandas necessárias para modernizá-la. Muitos dos avanços se tornaram conquistas, fruto de mobilizações da imprensa, de reclamações de usuários, das parcerias com a iniciativa privada e de diversas instituições públicas, além das articulações dos servidores, na constante luta de melhorar e aperfeiçoar a qualidade dos serviços à população.

Essa década promissora tem como destaque inicial a fusão ocorrida em 1981 envolvendo a Biblioteca Pedagógica, entidade vinculada ao Departamento de Cultura, localizada até então na Rua Felipe Schmidt, Edifício Zahia. A união dos dois acervos trouxe um grande volume de materiais bibliográficos nas áreas de referência, literatura, educação e o setor Braille, resultando na ampliação do acervo estimado na época em mais de 70 mil obras.

Diversos projetos de grande alcance social, cultural e educativo foram realizados sistematicamente, tais como: o Carro-biblioteca; Porque Hoje é Sábado (atividade lúdica e de leitura destinada ao público infantil e realizada ao ar livre); Cinema 12h30; Serviço de Caixa Estante (realizado em hospitais, asilos, penitenciários e creches); Projeto Autor-Escola (que envolvia o encontro de autores catarinenses ou residentes), Hora do Conto (nas escolas e no setor Infantil Tia Lucia), e o tradicional Troca-Troca de Livros, criado em 1985.

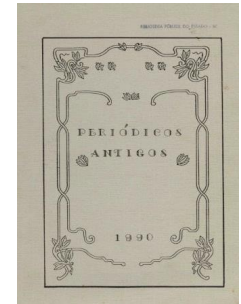
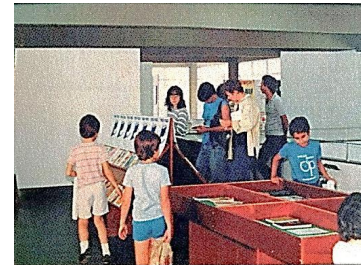
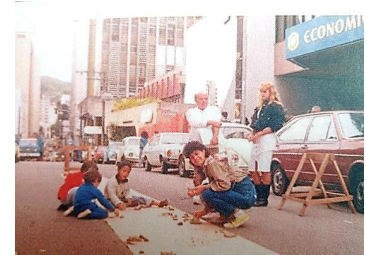
Atividades permanentes voltados a lançamento de livros, exposições artísticas, espetáculos cênicos e folclóricos eram frequentemente realizados no saguão e auditório, possibilitando o acesso e a circulação das mais diversas formas de expressão artística/cultural, conforme preconiza o Manifesto da IFLA/UNESCO sobre as bibliotecas públicas.

Com a preocupação com a conservação dos jornais catarinenses, principalmente, aqueles títulos editados no Século XIX foi assinado, em 1983, um convênio de cooperação técnica interinstitucional envolvendo a Biblioteca Nacional/Biblioteca Pública de SC e a Universidade Federal de SC/Curso de História, para execução de serviços de microfilmagem de 193 títulos de jornais catarinenses, seguindo as diretrizes do Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros. Uma máquina leitora de microfilmes foi adquirida, facilitando a leitura destes microfilmes aos pesquisadores, além de preservar os originais físicos, evitando o desgaste pelo uso constante e permanente destas obras.

A estruturação do Setor de Encadernação a partir de 1981, vindo a se constituir no LACRE – Laboratório de Conservação, Restauração e Encadernação, estabeleceu uma política permanente de conservação do acervo, principalmente, com a melhoria das instalações e aquisição de equipamentos.

No campo das exposições temáticas que envolveram a curadoria de técnicos ou a cessão do espaço expositivo, merecem destaque: “Exposição de obras raras”, em 1984; “70 anos do jornal O ESTADO”, “80 Anos do Colégio Catarinense”, “88 Anos da Banda Amor à Arte” e “Henrique Fontes: Centenário de Nascimento”, em 1985; “Periódicos Antigos”, em 1990, e “O Romance Catarinense”, em 1991 e “Literatura Catarinense nos anos 80”, em 1999.

Para atualização de seu acervo, destinou-se a partir de 1985, o repasse de uma verba mensal no valor correspondente a 10 salários mínimos, pela Fundação Catarinense de Cultura, seguindo as recomendações do Instituto Nacional do Livro – INL. Neste ano, o acervo ultrapassa mais de 100 mil volumes. Infelizmente, este repasse não acontece há pelo menos 15 anos, precarizando o acervo da instituição, sendo suprido por intermédio de doações da população e por instituições.



Figuras 31, 32, 33, 34. No alto: Campanha de doação de livros e Projeto Porque hoje é Sábado. Abaixo: Troca-Troca de livros e cartaz de exposição

O setor Braille é reestruturado a partir de 1988, passando a incorporar no acervo uma série de livros infantis, literários e de história. Uma das novidades é o lançamento do projeto Livro Falado (que consistia na reprodução de obras em fitas cassete e emprestadas para os usuários com deficiência visual, com gravações feitas na própria Biblioteca, em um estúdio dotado de equipamentos específicos para edição dos materiais). No convênio firmado entre a Fundação Catarinense de Educação Especial, UDESC e Biblioteca Pública, foram doados os seguintes equipamentos: uma máquina de escrever em Braille e o “*reglet*”- sistema manual de escrita puntiforme, além da cessão de uma servidora especializada na área.

No dia 3 de maio de 1988, é fundada a Associação dos Amigos da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, e eleito o primeiro presidente, o professor e crítico de artes, Osmar Pisani. Assinaram a ata de fundação, prestigiosos escritores: Leatrice Moelmann, Iaponan Soares e Eglê Malheiros. Nesse mesmo ano, é instituído o Núcleo de Cinema e Vídeo, com apresentações de filmes nacionais e internacionais no horário das 12h30min, sob organização do cineasta Ângelo Sganzerla.

Em 1990, os clubes recreativos Doze de Agosto, Lira Tênis Clube, Paula Ramos, 6 de Janeiro, Lagoa Iate Clube, Iate Clube de Santa Catarina e o antiquário Antiques, realizaram uma campanha de doação de livros para as Bibliotecas Públicas. Esta campanha foi idealizada, após o êxito da campanha anterior, que envolveu

diversas entidades com o objetivo de ampliar o número de obras literárias para a Biblioteca Pública Estadual.

É lançado em 1990, o terceiro Catálogo de Jornais Catarinenses (1850-1989). A última publicação tinha ocorrido no ano de 1935.

O ano de 1996 marcou o início do processo de informatização. A primeira etapa da informatização iniciou nos setores de Periódicos e Referência, com a instalação de seis computadores, e a aquisição de uma base de dados para cadastramento do acervo e dos usuários. No mesmo ano, estudantes do Curso de Biblioteconomia da UDESC realizaram um ato em comemoração ao dia do bibliotecário. Uma das atividades, resultou em um abraço simbólico ao prédio da Biblioteca.

Após quatro décadas funcionando precariamente, o Setor de Obras Raras é reaberto para consultas, em 1998. A bibliotecária Rosilda Farias, assume a tarefa de reorganização do setor.



É aprovada a Lei nº 11.074/1999, que obriga as editoras e escritores catarinenses a efetuar doação de um exemplar de cada obra impressa para o acervo da Biblioteca Pública. Uma lei importante, que objetiva salvaguardar a memória documental catarinense, conferindo à Biblioteca, a condição de instituição repositória das publicações bibliográficas.

Durante o período de 1983 a 1999, foram nomeados diretores os bibliotecários: Maria de Lourdes Schmidt Hanh (1983-1986); Luiz Henrique Godinho, que assumiu interinamente, em 1986; Eliana Bahia (1987), sendo substituída no mesmo ano, por Neide de Oliveira Motta (1987-1990); Izabella Salum Fett (1991-1997), Karine Domingues Carneiro (1998) e Virgínia Ana Zimmermann, de 1999 a 2002.

Diante de problemas nas instalações elétricas e hidráulicas, a reforma se tornou imprescindível, e diante da real necessidade, só se tornaram possível graças ao apoio por parte da imprensa, que veicularam matérias denunciando a precária situação, o que fez o Executivo estadual assegurar recursos para a realização das reformas, que foram iniciadas em 1999, e concluídas em 2003.



Figuras 35, 36, 37, 38. No alto: Início da informatização e Projeto de Cinema. Abaixo: Reabertura do setor de obras raras e Manifestação dos estudantes.

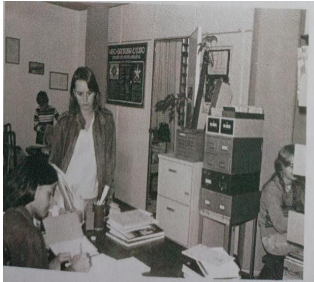


Figura 39. Setor de SC, década de 1980.

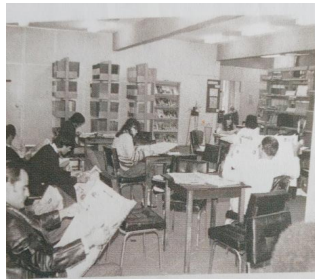


Figura 40. Setor de periódicos, década de 1980.

SÉCULO XXI: NOVOS DESAFIOS

A Biblioteca adentra o Século XXI com um conjunto de reformas nos quatro pavimentos e subsolo. Foi substituída toda a rede elétrica e hidráulica, adaptação de banheiros para cadeirantes, extensão da rede lógica para internet, substituição de pisos, entre outras obras. Outras medidas igualmente necessárias, como a climatização dos ambientes de circulação do público, das salas de acervos das obras raras e da coleção de jornais, não foram contempladas nesta fase de reformas. Tal lacuna irá repercutir alguns anos à frente, provocando manifestações de articulistas da imprensa e pesquisadores.

Devido à falta de recursos humanos, por não promover a abertura de novos concursos públicos (o último realizou-se em

1982), o horário de atendimento ao público foi diretamente afetado, passando a funcionar até as 19 horas, e não mais até às 21 horas, rompendo um ciclo de atendimento de mais de 70 anos.

A Biblioteca continuava a viver de doações, não recuperando a verba de 10 salários mínimos repassada mensalmente, e que perdurou nas décadas de 1980/1990, especialmente, para efetuar compras de novos livros. A única verba liberada para aquisição, destina-se exclusivamente para aquisição de livros de autores catarinenses exigidos no vestibular.

Sem autonomia financeira, sem perspectiva de concurso público, necessário para suprir a reposição de novos técnicos, além de conviver com mobiliários e equipamentos obsoletos, boa parte dos projetos realizados nas décadas passadas, foram se extinguindo. Com o advento das novas tecnologias, os usuários exigiram modernidade, rapidez na busca e na recuperação da informação, por meio de acessos remotos. A informatização, a cooperação em redes e a digitalização de parte de seu acervo, passam a ser uma reivindicação conjunta dos usuários, servidores, entidades de classe, imprensa e universidades, e que virá a se constituir num dos grandes desafios da Biblioteca, nas duas primeiras décadas do Século XXI.

De 1999 até 2003, foram realizadas as reformas em todos os andares, aliás, esta foi única reforma executada desde que o prédio foi inaugurado, em 1979. O atendimento ao público ficou dificultado, ocasionando a interrupção do funcionamento de alguns setores, entre eles, o Setor de Santa Catarina e Obras Raras,

além de todas as atividades artísticas e culturais que foram suspensas (exposições, apresentações de teatro, lançamentos de livros, etc.).

A obra foi fruto de parceria envolvendo a Associação de Amigos, que captou recursos pela Lei Estadual de Incentivo Cultural pelo instrumento da por renúncia fiscal, e as empresas: Telesc, Duas Rodas, Cerâmica Eliane, Eletrosul e Banco do Estado de Santa Catarina. Estava previsto pela Lei Rouanet, a captação de verbas para áreas consideradas urgentes como a digitalização e restauração da coleção de jornais catarinenses, porém, não foi possível captar os recursos. Em entrevista concedida ao jornal A Notícia, de 23/12/2002, a diretora Virgínia Zimmermann, reclama da falta de pessoal:

(...) com várias reformas não foi possível dar atenção ao público e aos projetos como gostaríamos. Para qualquer uma das atividades, realizadas ou não, a diretora reclama da falta de pessoal. A Biblioteca tem atualmente 23 servidores efetivos, sete estagiários e 10 trabalhadores terceirizados, para atuar nos serviços de vigilância e empresa. (...) Para a Biblioteca funcionar a contento, teríamos que duplicar o número de funcionários, para que todos os setores possam estar disponíveis ao público durante o dia todo(...)



Figura 41. Obras duraram quase 4 anos.



Figura 42. Panorâmica do Salão do setor de periódicos, após a reforma.



Figura 43. Setor de Santa Catarina, após reforma.

Em 2003, a servidora Silvânia Vitto Ferreira assume o cargo de direção, ficando até 2005. No dia 31 de maio de 2004, a Assembleia Legislativa realizou sessão solene alusiva aos 150 anos da Biblioteca Pública, em conjunto com a exposição “**Memorial 150 anos**”, instalada no Palácio Barriga Verde, com objetos e acervos raros da instituição.

A partir de 2005, o cargo de administrador da Biblioteca passa a ser exclusivo de profissional graduado em biblioteconomia e a bibliotecária Rosalba de Paula é nomeada administradora, ficando no cargo até 2007.

Em 31 de maio de 2005, é inaugurado solenemente o retrato do primeiro diretor, Francisco da Paulicéia, em comemoração aos 151 anos do aniversário da instituição.

A Associação de Amigos, a gestão (2005-2007) conduzida pelo jornalista Ricardo Mesquita (*In Memoriam*), viabilizou a

captação de recursos (na ordem de R\$ 150.000,00) junto à Celesc, efetivando a substituição dos mobiliários (mesas, cadeiras, armários e escrivaninhas), equipamentos de informática (software, computadores, impressoras e terminais de consulta para o público e servidores), melhorias na rede de distribuição dos pontos de Internet, além da aquisição de equipamentos específicos para uso dos leitores com deficiência visual.

Em 2007, ocorre nova alteração na administração, sendo nomeada a bibliotecária Élia Mara Magalhães Brites, permanecendo até 2009.

No ano em que a Biblioteca comemorou o aniversário de 153 anos, o escritor Cesar do Canto Machado lançou o livro intitulado: “**Biblioteca Pública de Santa Catarina: 153 anos de história**”. Fruto de um trabalho inédito, constitui-se na única publicação que traça a trajetória histórica da instituição.

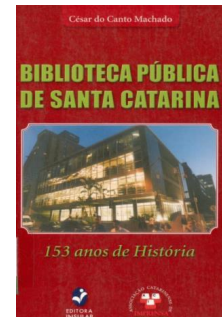


Figura 44. Capa do livro comemorativo os 153 anos da BPSC.

É lançado em 20 de novembro de 2009, o Concurso Nacional para um novo projeto arquitetônico do prédio da Biblioteca, promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil e Fundação Catarinense de Cultura, prevendo a seguinte premiação: R\$ 30.000,00 para o 1º lugar, R\$ 15.000,00 para o segundo classificado e R\$ 5.000,00 para o terceiro lugar. Foram apresentados 37 projetos, e o projeto desenvolvido pelos arquitetos Bruno Conde, Filipe Gebrin Doria, Filipe Lima Romeiro e Lucas Bittar, recebeu o primeiro lugar.



Figura 45. Projeto vencedor do Concurso Nacional.

No período de 2010 a 2011, a bibliotecária Rosalba de Paula reassume os trabalhos administrativos. Durante a sua gestão, foram adquiridos os equipamentos necessários para a climatização e formalizou a parceria com a UDESC, dando início ao Programa “Biblioteca Pública um modelo de gestão”, projeto de extensão do Curso de Biblioteconomia/FAED.



Figura 46. Lançado o sistema de informática.



Figura 47. Climatização só aconteceu em 2010.



Figura 48. Comemoração dos 150 anos.

Entre os anos de 2006 a 2010, uma série de reclamações quanto ao descaso em que se encontrava a Biblioteca, reverberou na imprensa escrita e televisiva. Jornalistas, columnistas e escritores, bem como entidades representativas da classe dos Bibliotecários, Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais, manifestaram-se em relação as péssimas condições de trabalho, a precarização dos serviços em decorrência da carência de funcionários, a ausência de climatização e de aparelhos de controle de umidade, além de provocar um mal-estar e desconforto aos frequentadores e servidores, devido à elevadas temperaturas no ambiente, e

promover a desintegração documental, provocando danos irreversíveis ao valioso e sensível acervo de obras raras e das coleções de jornais do Século XIX a XXI. Além da desconcertante reforma administrativa do executivo estadual enviada à Assembleia Legislativa (ALESC), propondo repassar à Biblioteca Pública para a tutela administrativa do município de Florianópolis.



Figuras 49, 50, 51, 52. Imprensa em defesa da Biblioteca.



SOS Bibliotecas

A cidade de Alexandria, no Egito, ganhou projeção mundial antes de ser criada pelo historiador trágico exilado na rainha Cleópatra. E embelezada, também, pelo marfrito de Catarina, a princesa que virou santa e, depois, padroeira do Estado. Mas e que da herança foi a famosa biblioteca, a maior do mundo, há mais de dois mil anos, com 500 mil papíros.

Flores época em que dirigiu a Biblioteca Pública de Santa Catarina era a consagração para qualquer cidadão. O cargo tinha o mesmo prestígio de um secretário de Educação. De sua tempo para o, a Biblioteca Pública do Estado virou filho rejeitado. Na última reforma administrativa, foi

Antes de aprovar o projeto que autoriza o governador a transferir a Biblioteca Pública do Estado à prefeitura de Florianópolis ou a delegar sua gestão a ONGs, os deputados poderiam acessar a internet. Varão que todos os Estados têm suas bibliotecas

A terceira reforma administrativa, que está na Assembleia, autoriza o governador a transferir a Biblioteca Estadual à prefeitura de Florianópolis ou a delegar sua gestão a organizações não-governamentais.

Socorro

Com a autoridade de quem atuou como secretária estadual de Cultura e presidente regional do PAFIO, o professor Zuleika Lenzi lançou o primeiro grito. Quer saber onde as entidades culturais sobre a controvérsia proposta.

A proposta de municipalização da Biblioteca pertita do governador Luiz Henrique. O secretário Gilmar Kleist adotou a ideia da parceria por temer o pior: se a prefeitura de Florianópolis tem a coragem de instalar um entreposto de livros ao lado do Teatro Alvaro de Carvalho, o que não é mais o mesmo que a prefeitura de Florianópolis?

Antes de aparecer o projeto, os deputados poderiam acessar a internet. Varão que todos os Estados têm suas bibliotecas. A do Rio Grande do Sul, instalada num belo edifício de 1919, tombado pelo patrimônio cultural, tem mais de 100 mil volumes. A do Paraná, em prédio moderno de 1954, já possui 450 mil livros. E coordena o Sistema Estadual de Bibliotecas em 555 dos 850 municípios. A Biblioteca Nacional, no Rio, tem 8 milhões de volumes e documentos do Império. Finalmente, a Biblioteca do Congresso Americano conta com 25 milhões de livros, 12 milhões de fotos, 2,7 milhões de gravagens. Todas com dados digitais disponíveis a qualquer internet.

Em nenhuma delas registrou-se municipalização ou transferência para a iniciativa privada. Ali, vale a máxima de Darryl Kilgus.

O livro foi a maior invenção da história e a base de todas as outras conquistas da civilização.

OPINION

AMILCAR NEVES

amilcar.neves@sc.br

O Governador e a Biblioteca

As informações que chegam a São abundantemente preocupantes, quase alarmantes. Aparentemente, fumes próximos ao núcleo do poder, que não governar, mas sim administrar, quando ovelha fofa em Biblioteca Pública do Estado. Não aguentar mais essa cruzada, que deixa mancha na sobrepavilidade e administração do executivo estadual, como sempre foi desde sua fundação, há 152 anos e mais. Indaga Sua Excelência qual é a desconfiança que existe com relação ao perfil do Capital e afirma que de precisas ser prestadas. A pergunta não é essa: a não é que ninguém foi saber com a municipalidade se ela aceita, quer ou pode receber a Biblioteca e o Teatro Alvaro de Carvalho, pois sim como não se consultou o prefeito de Biguaçu a respeito do Museu Dinizópolis Casa das Aves e de Rancho Queimado sobre a Casa de Carlos de Governador Herólio Luz, este um museu histórico. Para começar, nenhuma dessas prefeituras dispõe de rábulas, no entanto, para administrar, para delegar suas instituições culturais que não são impostas, pelo simples fato de que sequer suspeitamos que iriam receber tais presentes.

No caso de Florianópolis, as informações são claras: a prefeitura não quer e a biblioteca nem o teatro. Aliás, já foi tem o Teatro da CRIO para cuidar e não está conseguindo dar conta dos recursos e do acervo da Biblioteca Municipal Bernardino Fialho, no continente. Mantidas as intenções das prefeituras de não aceitar a carga burocrática, o artigo 160 do projeto de reforma do governo, em transição na Assembleia, é explicito: autoriza o Executivo a alienar do patrimônio cultural do povo do Estado o governo e a iniciativa privada.

Em primeiro lugar, deve-se questionar se essa alienação, mesmo que para os municípios, tem qualquer lugar, supere mesmo já se sabe que não tem. Em segundo lugar, convém indagar qual será a economia do Estado se o desfecho dessas instituições, a respeito, ali, são, considerados desprezíveis, frente às necessidades de saúde do cidadão, os gastos

com água, luz e telefonia. Qualquer que seja a solução adotada, os saldos das instituições que continuam a ser pagas, já que não conseguem, pois todos os prédios são de propriedade do Estado. Com manutenção e avarias, resolve-se mais bem, o governo já não gosta um pouco, mas não mesmo como lampiadas para o teatro e os dois museus, nem com livros na biblioteca. Portanto, por que se desgrace de?

A única forma de fazer direito é desgrace, alienar os acervos na forma para as prefeituras ou organizações não-governamentais e vender os imóveis nos quais estão instalados. Sem essa, a "solução geral" que não tem coragem de se tornar explícita.

Senhor Governador: sua ideia, como pessoa física, sua extrema irritabilidade não lhe faz bem, só tende a alienar a população. Para começar, nenhuma dessas prefeituras dispõe de rábulas, no entanto, para administrar, para delegar suas instituições culturais que não são impostas, pelo simples fato de que sequer suspeitamos que iriam receber tais presentes.

No caso de Florianópolis, as informações são claras: a prefeitura não quer e a biblioteca nem o teatro. Aliás, já foi tem o Teatro da CRIO para cuidar e não está conseguindo dar conta dos recursos e do acervo da Biblioteca Municipal Bernardino Fialho, no continente. Mantidas as intenções das prefeituras de não aceitar a carga burocrática, o artigo 160 do projeto de reforma do governo, em transição na Assembleia, é explicito: autoriza o Executivo a alienar do patrimônio cultural do povo do Estado o governo e a iniciativa privada.

Em primeiro lugar, deve-se questionar se essa alienação, mesmo que para os municípios, tem qualquer lugar, supere mesmo já se sabe que não tem. Em segundo lugar, convém indagar qual será a economia do Estado se o desfecho dessas instituições, a respeito, ali, são, considerados desprezíveis, frente às necessidades de saúde do cidadão, os gastos

com água, luz e telefonia. Qualquer que seja a solução adotada, os saldos das instituições que continuam a ser pagas, já que não conseguem, pois todos os prédios são de propriedade do Estado. Com manutenção e avarias, resolve-se mais bem, o governo já não gosta um pouco, mas não mesmo como lampiadas para o teatro e os dois museus, nem com livros na biblioteca. Portanto, por que se desgrace de?

A única forma de fazer direito é desgrace, alienar os acervos na forma para as prefeituras ou organizações não-governamentais e vender os imóveis nos quais estão instalados. Sem essa, a "solução geral" que não tem coragem de se tornar explícita.

Não conservação destrói memória catarinense

Na Biblioteca Pública do Estado, perdidos se encontram pelo fato de cuidados básicos de armazenamento



Na Biblioteca Pública do Estado, perdidos se encontram pelo fato de cuidados básicos de armazenamento. A situação é preocupante, com livros e documentos amontoados em condições precárias, sem a devida conservação e organização. O acervo, que inclui obras de grande valor histórico e cultural, está em risco de deterioração e perda. A falta de recursos e a negligência na manutenção das instalações contribuem para esse estado de abandono. É urgente a implementação de medidas eficazes para garantir a preservação e o acesso a este patrimônio cultural.

O que fazer com a Biblioteca Pública Estadual?

O que fazer com a Biblioteca Pública Estadual? Esta é uma questão complexa que envolve a preservação do patrimônio cultural, a gestão dos recursos e a participação da sociedade. A biblioteca é um espaço essencial para a educação, a pesquisa e a difusão da cultura. No entanto, a falta de planejamento e a ausência de uma política clara de gestão têm levado a uma situação de crise. É necessário estabelecer prioridades, fortalecer a estrutura administrativa e financeira, e promover a transparência nas ações. A colaboração com a comunidade e a academia é fundamental para superar os desafios e garantir o futuro desta instituição.

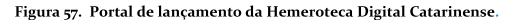
Figuras 53, 54, 55, 56. Imprensa em defesa da Biblioteca.

Graças à insistência da opinião pública, às justas e legítimas bandeiras em prol da instituição sesquicentenária, causaram eco junto às autoridades, e os pleitos foram atendidos. Diversos deputados da ALESC se manifestaram, e decorrente da mobilização dos servidores e das entidades representativas, sensibilizaram o Líder de Governo, que retirou a proposição de repassá-la à esfera municipal.

Em 2010, após 28 anos, é realizado concurso público para preenchimento de 10 vagas de bibliotecário na FCC, sendo 8 para a Biblioteca Pública, e no mesmo ano, é inaugurado o sistema de

De 2011 a 2018, a bibliotecária Patrícia Karla Firmino atuou como administradora. Em 2012, é instituída a **“Oficina Literária Boca de Leão”**, que objetiva iniciar os participantes no processo de escrita para a liberação da criatividade textual; conhecer gêneros literários; estudar clássicos da literatura nacional e estrangeira; estudar e escrever contos, e escrever um conto para compor o *e-book* anual da Oficina.

É criado em novembro de 2013, o projeto “**Hemeroteca Digital Catarinense**” (www.hemeroteca.ciasc.sc.gov.br), em parceria com o IDCH/UEDESC, que objetiva a digitalização e disponibilização virtual dos jornais catarinenses. Já na primeira etapa, foram convertidas as edições em microfilme para digital de 77 títulos. Indicadores de 2019 apontam um volume de mais de 60 edições, totalizando 600 mil páginas digitalizadas. O número de títulos disponíveis para consulta e *download*, abrange 907 títulos editados nos Séculos XIX, XX e XXI, conferindo ao projeto, o segundo maior repositório digital de jornais regionalizados do Brasil.



Dentro das comemorações alusivas à passagem dos 160 anos do ato de criação da Biblioteca, é lançado em 31 de maio de 2014, o **4º Catálogo de Jornais Catarinenses (1831 a 2013)**, reunindo mais de 1.483 títulos. Ainda nesse ano, foram investidos cerca de R\$ 280.000,00 na compra de um *scanner* de alta resolução e de um *scanner* planetário, além do software de edição de imagens, estruturando o setor responsável pela digitalização dos jornais catarinenses.



Figura 58. Capa do 4º Catálogo.



Figura 59. Scanner adquirido para digitalizar jornais.

Em 2015, dois projetos são revitalizados com o intuito de aproximar e atrair novos leitores ao universo da instituição, e ampliação da promoção, circulação e o hábito da leitura: **“Conheça mais a Biblioteca Pública de Santa Catarina”**, que objetiva realizar visitas guiadas aos estudantes da rede pública e particular, apresentando os serviços e projetos existentes; e o **“Troca-Troca de Livros: Ceder para Conquistar”**, objetivando incentivar o intercâmbio de livros de literatura em geral para os públicos infantil e adulto.

Nesse mesmo ano, é instituído o prêmio **“Estrela da Leitura”**, cujo propósito é o de fomentar a leitura na infância, reconhecendo os leitores que mais fizeram empréstimos no setor

infanto-juvenil, em duas categorias: livros infanto-juvenis, subdivididas em três faixas etárias (0 a 7 anos, 8 a 11 anos e 12 a 17), e gibis (0 a 18 anos). Foram premiados os três primeiros leitores em cada categoria e faixas etárias, que receberam um kit de livros. O primeiro lugar de cada faixa etária recebeu ingressos para o parque Beto Carreiro.

Dando sequência às diretrizes voltadas na promoção e desenvolvimento de hábitos de leitura, é fundado em 2016, o **“Clube do Livro Lygia Bojunga”**, com o intuito de discutir mensalmente a leitura das obras da autora, bem como o lançamento do e-book **“15 Bocas de Leão”**, produzido pelos integrantes da Oficina Literária Boca de Leão, e no ano de 2017, é instituído o projeto **“Geladeira Literária”**.



Figura 60. Projeto Geladeira Literária.

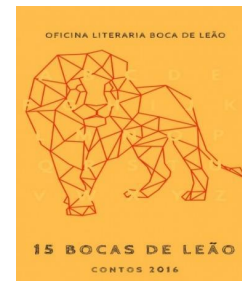


Figura 61. E-book da Oficina Literária.

Em 2019, a bibliotecária Cleonisse Inês Schmitt assume a administração. Neste ano, comemorou-se o 165º aniversário de

criação da Biblioteca Pública de Santa Catarina, e uma vasta programação artística e cultural foi realizada para celebrar a passagem, entre as quais: apresentação do Coral do Instituto Federal de SC (IFSC); Exposição “Linha do Tempo da BPSC: 165 Anos”; Lançamento dos livros O Correio do Povo 100 anos: recorte da nossa história”, “Nilêra: caravana do passado”, “Cancioneiro Belchior”; “Asas de Anjo”; Rodas de Conversa sobre a presença da mulher na literatura catarinense, Teatro do Frankolino, contação de histórias, oficinas, palestras inclusivas, visitas guiadas à escolas, apresentação de filmes, sarau literário, entre outras atividades.



Figura 62. Coral do IFSC abrindo às comemorações dos 165 anos da BPSC.

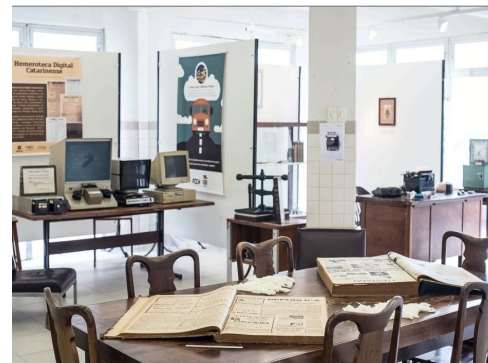


Figura 63. Exposição Linha do Tempo: 1854-2019.



Figura 64. Bolo de aniversário comemorativo ao aniversário.

Ocorreu em novembro de 2019, o primeiro evento do projeto “**Roda de Conversa**”, que visa debater temas referentes à história e a memória catarinense. O evento aconteceu no dia 12 de novembro de 2019, no hall da Biblioteca Pública, cuja temática versou sobre “**Debret, esteve ou não no Sul do Brasil?**”. Participaram como debatedores, o jornalista e pesquisador Nelson Adans (RS) e o arquiteto e Mestre em História Fabiano Teixeira dos Santos (SC), com mediação do professor João Pacheco de Souza. Dando sequência à programação, no dia 3 de dezembro, foi realizado um outro debate, desta vez enfocando “**A Visita de Dom Pedro II em Santa Catarina**”.



Figuras 65 e 66. Projeto “Conheça Mais A Biblioteca Pública”,

Biblioteca Pública de Santa Catarina

INDICADORES 2019

	TOTAL	Público
Frequenta-dores	41.099	19.468
Exposições	60.214	7.230
Consultas livres	6.161	2.128
Periféricos	1.841	60
Novos cadastros	3.030	3.190
Jornais cadastrados incorporados ao acervo	3.775	39
Livros incorporados ao acervo	5.750	975
Livres doados para o BPSC	956	1.095
Livres doados para outros instituições	646	6
Representações teatrais	66	5
Grupos de leitura guiada	66	1.408
Livros na gôndola literária	460	272
Livres trocados no projeto troca-troca	229	537
Projetos de extensão comunitária	229	27
Projetos de oficinas de teatro	229	27
Encontros do Acadêmicos Literários	229	27

Atualmente, conta com os seguintes setores e estrutura administrativa: Literatura, Obras Gerais, Periódicos, Braille, Infante-juvenil, Santa Catarina, Obras Raras, Processamento Técnico, Empréstimo, Informática, Reprografia, Recepção, Secretaria, Serviços Gerais e Laboratório de Conservação, Restauração e Conservação- LACRE.

Na passagem dos seus 166 anos, estamos orgulhosos de poder contribuir para a consolidação da Biblioteca Pública de Santa Catarina como um espaço democrático e que oportuniza a qualquer cidadão o acesso aos registros do conhecimento e do saber produzidos historicamente pela humanidade. A Biblioteca deve ser entendida como um centro dinâmico de educação, cultura, leitura, pesquisa, lazer e de informação da comunidade, contribuindo para a formação continuada, o aprimoramento profissional e a construção da capacidade de percepção crítica e interpretativa da informação pela sociedade.



Figura 67. Painel com a síntese da histórica da Biblioteca Pública de SC - 1854 a 2019.

*Nossa Senhora do Desterro, em 18 de setembro de 2020,
numa forte pandemia mundial do Covid-19,
que já ceifou a vida de mais de
2.500 catarinenses e 135 mil brasileiros.*

Crédito das Figuras

- Figura 1. Reprodução, Coleção de Leis Estaduais. Acervo BPSC.
 Figuras 2, 23,24. Reprodução, revista Registro em Letras e Fatos. Acervo BPSC
 Figuras 3, 6, 9, 12, 13,14, 17,18, 32, 33, 34, 39, 40, 44, 57, 58, 59, 60, 61, 66. Reprodução. Acervo BPSC.
 Figura 4. Reprodução, capturado do [link memoriapolitica.alesc.sc.gov.br](http://link.memoriapolitica.alesc.sc.gov.br).
 Figuras 5,11. Reprodução, livro Desterro: Ilha de SC, de Gilberto Gerlach.
 Figura 7. Reprodução. O Estado, 15 de novembro de 1970.
 Figura 8. Reprodução. O Estado, 23/06/1968. Acervo BPSC.
 Figura 10. Reprodução. Foto de Helen Moro de Luca.
 Figura 15. Reprodução. A Verdade, 11 de fevereiro de 1958. Acervo BPSC.
 Figura 16. Reprodução. Diário Oficial do Estado, 11/05/1958. Acervo BPSC
 Figura 19. Reprodução. Diário da Tarde, 27/01/1955. Acervo BPSC.
 Figura 20. Reprodução. O Estado, 04/08/1972. Acervo BPSC.
 Figura 21. Reprodução. O Estado, 15/01/1968. Acervo BPSC.
 Figura 22. Reprodução. O Estado, 15/11/1970. Acervo BPSC.
 Figuras 25, 26. Reprodução. O Estado, 18/07/1975. Acervo BPSC.
 Figura 27. Reprodução. O Estado, 25/08/1977. Acervo BPSC.
 Figura 28. Reprodução. Diário Oficial do Estado, 1973. Acervo BPSC.
 Figura 29. Reprodução. O Estado. 1979.
 Figuras 30, 42, 43, 62, 63, 64, 65, 67. Reprodução. Foto de Márcio Henrique Martins.
 Figura 31. Reprodução. A Notícia, 06/06/1990. Acervo BPSC.
 Figura 35. Reprodução. O Estado, 1996. Acervo BPSC.
 Figura 36. Reprodução. Diário Catarinense, 28/11/1998. Foto de Paulo de Araújo. Acervo BPSC.

- Figura 37. Reprodução. AN Capital, 1988. Foto de Paulo de Araújo. Acervo BPSC.
- Figura 38. Reprodução. O Estado, 15/03/1996. Acervo BPSC.
- Figura 41. Reprodução. AN Capital, 23/12/2002. Foto de Osvaldo Nocetti. Acervo BPSC.
- Figura 45. Reprodução. Capturado <https://concursosdeprojeto.org/2010/03/29/>.
- Figura 46. Reprodução. Diário Catarinense, 11/05/2007. Foto de Daniel Conzi. Acervo BPSC.
- Figura 47. Reprodução. Notícias do Dia, 23/10/2010. Foto de Rosane Lima. Acervo BPSC.
- Figura 48. Reprodução. O Estado, 31/05/2004. Acervo BPSC.
- Figura 49. Reprodução. Diário Catarinense, 12/08/2006. Foto de Julio Cavalheiro e Herminio Nunes. Acervo BPSC.
- Figura 50. Reprodução. Notícias do Dia, 20/05/2008. Acervo BPSC.
- Figura 51. Reprodução. Notícias do Dia, 20/05/2008. Foto de Rosane Lima. Acervo BPSC.
- Figura 52. Reprodução. Notícias do Dia, 20/09/2006. Acervo BPSC.
- Figura 53. Reprodução. Jornal de Santa Catarina, 08/02/2007. Acervo BPSC.
- Figura 54. Reprodução. Diário Catarinense, 07/03/2007. Acervo BPSC.
- Figura 55. Reprodução. O Estado, 06/03/2007. Acervo BPSC.
- Figura 56. Reprodução. Zero, Ano XXV, nº 04. Foto de Laura Daudem. Acervo BPSC.